

**Lei nº 1.105, de 14 de abril de 2014.**

**Autoriza o Município celebrar termo de transação extrajudicial para o recebimento de créditos decorrentes de certidões de débitos expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 88, inciso IV, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Município autorizado a celebrar termo de transação extrajudicial visando o recebimento de créditos decorrentes de certidões de débitos expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, pendentes ou não de execução fiscal.

**Art. 2º** Na hipótese de créditos objeto de execução fiscal específica, a celebração do acordo extrajudicial será considerada como parcelamento e ensejará a suspensão do curso da execução, aplicando-se supletivamente o disposto no artigo 151 da Lei Federal n. 5.172, de 25 de outubro de 1966.

**Parágrafo único.** Incumbe à Fazenda Pública Municipal, pelo órgão de representação judicial do Município, uma vez concretizado o acordo extrajudicial, peticionar nos autos dos eventuais processos de execução fiscal em curso solicitando a sua suspensão, nos termos do artigo 792 do Código de Processo Civil.

**Art. 3º** Os créditos, devidamente corrigidos até a data de celebração do acordo, serão recebidos em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível no primeiro mês subsequente à formalização do termo de transação, corrigidas monetariamente.

**Parágrafo único.** Com o objetivo de garantir a observância dos princípios da economicidade, da equidade e da razoabilidade, as parcelas não poderão ser inferiores a R\$ 150,00 (cento e cinquenta) reais.

**Art. 4º** Em caso de atraso no pagamento de qualquer parcela, serão cobrados juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, multa de 2%(dois por cento) sob o valor do débito e correção monetária.

**Parágrafo único.** O atraso no pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas, importará a extinção do acordo efetuado e o ajuizamento de execução fiscal ou a retomada de processo de execução suspenso.

**Art. 5º** O parcelamento será rescindido na hipótese de inadimplemento de 3 (três) parcelas consecutivas ou 6 (seis) alternadas, o que ocorrer primeiro.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bonfinópolis de Minas, 14 de abril de 2014.

**DONIZETE ANTÔNIO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal